

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 10

AGÊNCIA SENADO - PORTAL DO SENADO FEDERAL - DF
ANFIP

Renúncias fiscais podem prejudicar seguridade, aponta publicação.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da tributária deve ser apresentada e votada em setembro..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP define tributação de investimentos em fundos por empresas.....4

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais 6 fiscais de SP são afastados por suspeita de propina.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump quer retaliar países que impõem taxas sobre 'big techs'.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Melhora estimativa para IPCA..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Tarifa é uma das ações mais anticapitalistas da história"..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Brasil é um lugar atraente para alocar capital, diz Goldman.....11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

O bom combate de Dino às emendas Pix (Artigo).....13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Apuração sobre fraude no INSS ficará com Mendonça.....15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prevê economizar R\$ 2,5 bi com Atestmed em 2026.....16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS realiza primeira reunião e define plano de trabalho.....17

Renúncias fiscais podem prejudicar seguridade, aponta publicação

Lançada nesta segunda-feira (25) na Comissão de Direito Humanos, a Análise da **Seguridade Social** 2024 traça um panorama sobre o financiamento da saúde, da Previdência e da Assistência Social. A publicação, da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)** destaca avanços, como a redução do desemprego e a reestruturação de programas sociais no último biênio, e ressalta a importância do SUS ao longo dos seus 35 anos de existência. O documento também alerta para prejuízos do financiamento da seguridade a partir de renúncias fiscais de contribuições sociais.

Site:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/08/renuncias-fiscais-podem-prejudicar-seguridade-aponta-publicacao>

Regulamentação da tributária deve ser apresentada e votada em setembro

O projeto de lei complementar que finaliza a regulamentação da **reforma tributária** do consumo deve ser publicado e votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado somente em setembro, segundo apurou o Valor. O relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), previa apresentar o parecer até o fim do mês e votá-lo no início de setembro, mas essa entrega deve atrasar.

Anteriormente, a expectativa era que a votação na CCJ ocorresse ainda antes do recesso legislativo, em julho, o que foi adiado devido a um pedido do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para a resolução de pontos técnicos.

Agora, o esperado é que o relatório seja apresentado no dia 9, com pedido de vista coletiva no colegiado no dia seguinte. Com isso, o parecer deve ser votado na próxima sessão da CCJ, prevista para o dia 17.

O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), afirmou ao Valor que marcará o início da deliberação assim que o parecer de Braga for concluído. "Esse é um tema de Estado e de total interesse do Senado. Eu estou à disposição. Quando ele [Braga] concluir o relatório, eu vou pautar na hora."

Técnicos da equipe econômica esperam que haja uma tramitação mais tranquila desta vez em comparação com o primeiro projeto que regulamentou a **reforma tributária** e tinha pontos mais polêmicos a serem tratados.

Sobre o texto em discussão, há algumas divergências técnicas em relação a aplicações de multas e fiscalização da Receita, pontos que serão debatidos por Braga com Haddad, em uma reunião que deve acontecer esta semana.

Há uma preocupação, menor, com emendas em plenário que possam reabrir discussões já superadas, como a das alíquotas. A expectativa do governo, porém, é que esse cenário não se concretize, porque Braga tem dado sinalizações de que o seu relatório vai se concentrar nos pontos abordados pelo projeto atual, que trata mais de questões administrativas e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Um dos principais impasses no texto segue sendo a

representação dos municípios nesse comitê. O IBS foi criado pela **reforma tributária** e será arrecadado pelos entes federativos, substituindo o ICMS e o ISS. A expectativa é que o novo imposto movimente cerca de R\$ 1 trilhão ao ano.

Há uma disputa entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em torno da eleição de representantes dos municípios no Conselho Superior do órgão. A lei diz que são 27, dos quais 14 são eleitos com base em um critério pelo qual cada prefeitura representa um voto e outros 13, com votos proporcionais à população.

A FNP diz que foi feito um acordo para que a CNM, que reúne majoritariamente pequenos e médios municípios, ficasse com 14 vagas, enquanto as outras 13, destinadas às cidades de maior população, ficassem com representantes da FNP, que abarca a maior parte das capitais.

A CNM, no entanto, diz que representa também grandes cidades e capitais, preenchendo então os requisitos legais para apresentar chapas para os dois grupos.

Buscando resolver o impasse, Alencar apresentou uma emenda que estabelece taxativamente que a CNM indique uma chapa com 14 membros e a FNP com 13, nos termos do suposto acordo. Prevê também que as cadeiras dos municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS sejam ocupadas diretamente pelos entes federativos, e não por representantes com mandato próprio.

Pela proposta, os municípios eleitos nas chapas terão o direito de indicar livremente seus representantes que poderão ser substituídos a qualquer tempo por decisão do prefeito.

O impasse entre as entidades fez com que o Comitê Gestor fosse instalado sem representantes dos municípios. Foi eleito como presidente do Conselho Superior o secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Flávio César Mendes de Oliveira, que comanda o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188312>

MP define tributação de investimentos em fundos por empresas

Laura Ignacio

De São Paulo Se for convertida em lei, a Medida Provisória (MP) nº 1.303 poderá levará redução da carga tributária de empresas que fazem aplicações em fundos de investimento em ação (FIA), em participação (FIP), imobiliários (FII) e do agronegócio (Fiagro). Um dispositivo da norma, que passou despercebido por muitos, ao alterar a Lei nº 14.754, de 2023, deixa expresso, segundo tributaristas, que só incidirão Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre os rendimentos desses fundos quando houver a sua "realização" - resgate das cotas, amortização, recebimento de dividendos ou venda dos ativos.

A medida é importante por ser comum no mercado que empresas estruturam fundos dos quais são controladoras ou coligadas como estratégia de negócio. Um exemplo é o chamado "Coiporate Venture Capital", uma tendência mundial iniciada nos Estados Unidos de investimento em startups de tecnologia por grandes corporações que desejam inovar ou explorar áreas adjacentes ao segmento onde atuam. Geralmente, o investidor constitui um FIP, que compra participações em outras empresas.

No passado, quando os ativos eram registrados no balanço pelo valor de custo ou patrimoniais, a tributação só ocorria na realização. Mas a partir da aplicação das normas contábeis globais, a "International Financial Reporting Standards" (IFRS), no Brasil (Lei nº 12.973, de 2014), o registro do valor econômico dos ativos mudou para refletir a realidade econômica. Contudo, ficou uma lacuna sobre o momento da tributação.

Em 2023, a Lei nº 14.754 atualizou a regulamentação da tributação de investimentos. Porém, ficou em aberto a situação das pessoas jurídicas que aplicam em fundos.

"Se uma pessoa jurídica compra um FIP, por exemplo, e o registra pelo valor de mercado periodicamente, como o valor do fundo vai flutuar, a pessoa jurídica vai ter que refletir ganhos e perdas temporários na sua contabilidade, por causa do IFRS", afirma Andréa Bazzo, do Mattos Filho Advogados. "Basicamente, o dispositivo da MP 1303 determina que, quando a pessoa jurídica registrar essa variação, não vai precisar tributar enquanto não realizar esses

rendimentos", diz. A novidade está no artigo 58 da MP.

Andréa explica que algumas empresas estruturam fundo de pensão ou imobiliário, por exemplo, para que ele entre como parceiro em seus projetos. "No caso de fundo imobiliário, por conta da isenção para pessoas físicas, o produto é bem aceito no mercado, atraindo investidores", afirma.

Para a advogada, a regulação da tributação desses fundos é saudável porque trará segurança jurídica às empresas. Para quem era conservador e pagava IRPJ e CSLL sobre a variação desses investimentos, a carga tributária será reduzida. "Por outro lado, para quem tratou os rendimentos como isentos até agora, isso ficará mais evidente para o Fisco", alerta.

Segundo o tributarista Caio Malpighi, do escritório Vieira Rezende Advogados, há precedentes sobre o assunto em diversos sentidos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. "Quanto a um Fundo de Investimento em Direito Creditório [FIDC] entenderam que a pessoa jurídica tinha que tributar a valorização. Já no caso de um FIA, a decisão foi dada em sentido contrário", diz.

Em outubro de 2021, por unanimidade, a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção livrou uma empresa da cobrança de IRPJ e CSLL sobre a variação contábil de investimento em FIA, antes da sua realização (processo nº 13864.720204/2014-56). "O julgado entendeu que, se a intenção do legislador fosse, de fato, permitir a tributação antecipada na apuração do IRPJ e da CSLL, seria desnecessária a previsão de incidência de IRRF sobre rendimentos distribuídos por fundos de investimento", afirma Malpighi.

Na Justiça, acrescenta ele, há ao menos dois casos em tramitação após a entrada em vigor da Lei nº 14.754. "Já fiz algumas avaliações de risco para clientes e minha conclusão é de que há risco real da **Receita Federal** cobrar IRPJ e CSLL sobre mera valorização contábil do investimento".

Um desses dois casos citados pelo tributarista é a ação judicial de uma empresa tributada pelo lucro presumido no regime de caixa, que busca afastar o IRPJ e a CSLL sobre a valorização de aplicação em Fundo de Investimento Multimercado, antes do

resgate, por ausência de disponibilidade.

Em novembro de 2024, o juiz Marcelo Guerra Martins, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, decidiu que seria legítima a tributação periódica, inclusive para fundos fechados, com base no princípio da capacidade contri-butiva, mantendo a incidência do IRPJ e da CSLL (processo nº 5018526-98.2024.4.03.6100).

Para Malpighi, cm um cenário de jurisprudência indefinida, a conversão da MP 1.303 cm lei trará segurança jurídica ao mercado. "A norma impõe um método contábil já conhecido para que a valorização desses fundos não seja tributada automaticamente, que é exigir que os seus ativos subjacentes, como imóveis, por exemplo, sejam controla dos cm subcontas específicas [artigo 29 A, parágrafos 1º e 3º]", diz. "Só haverá tributação quando o fundo alienar aquele ativo." De acordo com o tributarista Daniel Loria, sócio-fundador do Loria Advogados e ex-diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, como não havia regra fiscal escrita, não se sabia se a valorização das cotas desses fundos deveria ser contabilizada: pelo valor justo e tributada no momento da realização; ou pela equivalência patrimonial e, então, teria isenção fiscal; ou, ainda, se a tributação deveria ocorrer mês a mês. "Era uma zona cinzenta que gerava incerteza c auto de infração", afirma.

Segundo Loria, a MP 1303 deixa claro que se o rendimento é realizado, por exemplo, porque o fundo vendeu uma empresa c teve ganho, a companhia tem que ser tributada. "Enquanto o investimento está parado, não há tributação. A MP achou um caminho do meio." Mas, dc acordo com Vinícius Pimenta, sócio da área tributária do Pinheiro Neto Advogados, vale ao menos uma crítica à MP 1303. Para ele, os Fundos dc In vestimento em Direitos Creditórios não deveriam ter ficado de fora. "Faria sentido aplicar o mesmo racional para FII, FIA, FIP e Fiagro para os FIDCs porque estes também não indicam se o ganho vai se materializar", diz.

Pimenta afirma que as discussões administrativas ou judiciais sobre o assunto proferidas até agora são incipientes. Isso porque, diz ele, envolvem empresas atuadas que não eram tributadas pelo regime de competência - que exige o lançamento dos rendimentos mês a mês.

Caso a MP 1303 seja convertida em lei, a nova negra para a tributação de fundos corporativos começa a valer no dia 10 de janeiro. "E o novo entendimento vai valer também para os fundos que já existiam antes da conversão cm lei", aponta Pimenta. Além disso, afirma ele, quem tem processo administrativo ou judicial em andamento, por ter sido atuado, poderá usara nova lei para tentar afastar o auto de infração.

Procurada pelo Valor, a Pro-curadoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) preferiu não comentar o assunto.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

MP define tributação de investimentos em fundos por empresas

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188312>

Mais 6 fiscais de SP são afastados por suspeita de propina

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), mandou afastar mais seis auditores fiscais da Secretaria da Fazenda sob suspeita de ligação com fraudes na liberação "acelerada" de ICMS-ST, que teriam rendido R\$ 1 bilhão em propinas de gigantes do varejo, entre elas Ultrafar-ma e Fast Shop. A Secretaria da Fazenda decretou ainda instauração de sete processos administrativos disciplinares e abriu 20 apurações preliminares para investigar a conduta dos servidores.

Já são nove auditores da Receita estadual investigados na Operação Ícaro pelo esquema. "Determinamos o afastamento dos servidores e estamos colaborando com todas as investigações. A punição vai ser rigorosa em todas as esferas para garantir que cada centavo retorne aos cofres públicos", afirmou Tarcísio.

O alvo principal da Ícaro é o auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, suposto "cabeça" do grupo que teria articulado o esquema de liberação antecipada do crédito tributário. Ele foi preso. Os fiscais afastados ontem são: Artur Takefume Ha-manaka, Fernando Kenji Iwai, Marcel Ono, Maria Cecília Grava Trentini, Maria da Conceição Rodrigues Fabaro e Selma Laltuf da Costa. Os seis são ligados às Delegacias Tributárias de Osasco, ABC, Lapa e Pinheiros. Eles ingressaram no Fisco estadual via concursos de 1986, 1998, 2009 e 2013 e atuavam na Fiscalização Direta de **Tributos**. Antes, além de Artur, já estavam sob investigação os fiscais Alberto Toshio Muraka-mi (aposentado) e Marcelo de Almeida Gouveia. Samuel Kinoshita amparou sua decisão nos "elementos que instruem os autos".

EXONERADO. Artur foi preso há duas semanas e pediu exoneração. Na sexta, a Fazenda acolheu o pedido e demitiu o fiscal, mas isso não o livrou do processo disciplinar.

A Fazenda já havia revogado a portaria que regulamenta procedimentos de complemento e devolução do ICMS, e o decreto que previa "apropriação acelerada" do crédito tributário. Agora, todo pedido de ressarcimento passará, obrigatoriamente, por auditoria até todos os protocolos serem revisados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump quer retaliar países que impõem taxas sobre 'big techs'

O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou impor tarifas adicionais a produtos de determinados países importados pelos americanos e restrições de exportação sobre tecnologias avançadas e semicondutores, em retaliação a **impostos** sobre serviços digitais que afetam empresas americanas de tecnologia. "**Impostos** digitais, legislações sobre serviços digitais e regulamentações de mercados digitais são todos projetados para prejudicar ou discriminar a tecnologia americana," publicou Trump na redeTruth Social.

Trump também ameaçou impor tarifa de 200% sobre a China caso o governo de Xi Jinping não cumpra promessa de ampliar o fornecimento de ímãs e terras raras, cruciais para as indústrias americanas.

Ao falar com jornalistas ao lado do presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, o republicano cobrou aumento nas exportações de ímãs e terras raras aos EUA por parte de

Pequim, acusando a China de ter "inteligentemente construído um monopólio" no fornecimento de matérias-primas críticas para os setores automobilístico, de alta tecnologia e de energia.

Em abril, quando deu início à nova fase de sua guerra comercial, Trump impôs tarifa de 145% sobre produtos importados da China. Em resposta, Pequim retaliou e anunciou taxa de 125% sobre as importações dos EUA. Como as taxas representavam praticamente embargo comercial entre as duas economias, Washington e Pequim abriram diálogo e chegaram a uma trégua, reduzindo as taxas para 30% e 10%.

A China também concordou em reduzir restrições sobre as exportações de terras raras aos EUA como parte do acordo, prorrogado pelas partes por mais 90 dias no dia 12. As exportações de minerais raros da China tiveram forte aumento em junho. Os embarques cresceram em mais de 4.700 mil toneladas em julho ante o mês anterior.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188312>

Melhora estimativa para IPCA

RAPHAEL PATI

O mercado financeiro reduziu em 0,09% a expectativa para a **inflação** oficial de 2025, além de também baixar a projeção para o ano seguinte.

De acordo com a edição de ontem (25/8) do Boletim Focus, publicado pelo Banco Central, a estimativa para o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano passou de 4,95%, há uma semana, para 4,86% na projeção mais recente. Para 2026, a previsão passou de 4,40% para 4,33%.

Ainda houve redução na projeção do IPCA para 2027, que passou de 4,00% para 3,97% ante a semana anterior. A estimativa do mesmo índice para 2028 se manteve estável em 3,8%.

Na avaliação do economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, a **inflação** começa a dar sinais de enfraquecimento e de desaceleração, o que se reflete em outros índices mais específicos, como o Índice de Preços Geral - Mercado (IGP-M), o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP- DI) e o Índice de Preços ao Produtor (IPP). "A **inflação** no atacado precede a **inflação** ao nível do consumidor e a gente imagina ver o IPCA desacelerando com mais potência entre setembro e outubro. As leituras de setembro e outubro devem vir mais fracas, mostrando uma desaceleração mais acentuada, o que deve trazer a **inflação** da atual casa dos 5,23% para os 4,80% ou até 4,90% ao final do ano", considera.

Já para o economista e especialista em Finanças Samuel Dourado, a 13ª revisão consecutiva na expectativa para o índice de preços e a desaceleração da **inflação** mostra que o Banco Central tem sido exitoso na tarefa de trazer a **inflação** para mais próximo ao centro da meta, através de uma política monetária contracionista.

"O mercado acredita na convergência à meta em 2027. Além de 2025, observamos o mesmo cenário para os próximos anos com a perspectiva de que juros mais altos desaqueçam a economia e reduzam a **inflação**", pontua.

Hoje, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publica os dados de agosto do IPCA- 15, que é considerado a prévia da **inflação** oficial. A maioria das agências e instituições financeiras acreditam que pode vir uma deflação em agosto após três anos. A previsão do Banco Daycoval indica que a queda do índice neste

mês deve ser de 0,24% e cita os descontos nas contas de energia elétrica proporcionado pelo Bônus de Itaípu como um fator preponderante para a deflação. Mesmo assim, o banco considera que já em setembro deve haver uma **inflação** ainda mais forte, com o fim dos preços mais baixos na conta de luz.

Os agentes do mercado consultados pelo relatório também esperam uma atividade econômica menos robusta nos próximos anos.

Em 2025, a estimativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país reduziu de 2,21% para 2,18% ante a semana anterior. Já para 2026, a projeção passou de 1,87% para 1,86%. Nos dois anos seguintes, não houve mudança na perspectiva para o **PIB**.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7734/26-08-2025.html?all=1>

"Tarifa é uma das ações mais anticapitalistas da história"

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

Gabriel Petrus - Professor de Relações Internacionais, é ex-chefe de Parcerias Estratégicas da Câmara de Comércio Internacional

As medidas tomadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em seu segundo mandato não têm paralelo na história americana, avalia o professor de Relações Internacionais na Sciences Po Paris, Gabriel Petrus, ex-diretor da Câmara de Comércio Internacional (ICC).

Segundo o pesquisador, as sobretaxas impostas por Trump colocam o país em uma crise de reputação no comércio que se assemelha à vivida pela China do início dos anos 2000. "O tarifaço é uma das decisões mais anticapitalistas que pudemos testemunhar na história dos Estados Unidos.

Lembro-me que há 20 anos se falava das dificuldades de se negociar com a China, pela falta de confiança em contratos.

Agora, os papéis se inverteram.

Os chineses ganharam reputação, e os EUA, perderam", afirmou Petrus.

Segundo ele, o mundo vai se reorganizar do tarifaço mais rapidamente do que os EUA imaginam. Isso porque o setor de serviços hoje é mais forte do que o industrial, há novas ferramentas de inteligência artificial para abrir mercados e 82% do comércio internacional não passa pelos EUA.

"O mundo vai se reorganizar (do tarifaço) mais rápido do que se imagina", disse.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual a sua avaliação sobre o tarifaço americano?

É uma das decisões mais anticapitalistas que pudemos testemunhar na história dos Estados Unidos. Lembro-me que há 20 anos se falava das dificuldades de se negociar com a China, pela falta de confiança em contratos. Agora, os papéis se inverteram. Os chineses ganharam reputação, e os EUA, perderam.

A China virou parceiro confiável e os Estados Unidos deixou de ser?

Esse é o inacreditável mundo novo em que estamos vivendo.

Os Estados Unidos parecem aquele menino mimado que pega a bola de futebol e fala: "Se não for nas minhas regras, a gente não joga". Então, é muito difícil jogar o jogo nessas condições.

E os efeitos sobre o Brasil?

O Brasil vai sofrer as consequências; mas, em geral, é uma decisão que, no fim das contas, prejudica mais a economia americana. O Brasil tem déficit comercial com os EUA, e o tarifaço encarece o custo de vida para a população dos EUA.

O Brasil vai se readaptar, tem uma certa versatilidade sobre os seus parceiros comerciais e hoje a gente vê o mundo com aumento do interesse por negociações regionais.

Muita gente reclama que Lula não ligou para Trump.

Qual sua avaliação sobre o comportamento do governo brasileiro?

O governo brasileiro tem agido em um contexto muito inusitado.

Na Europa, também está sendo muito difícil tomar decisões. O acordo com a União Europeia é uma negociação de mais de seis meses.

O mal-estar que a diplomacia anticapitalista dos EUA traz hoje coloca o país como uma das economias mais anticapitalistas do mundo em relação a planejamento econômico, e entre as mais fechadas, certamente.

O Brasil deve retaliar?

Houve outros contenciosos comerciais em que o Brasil ameaçou a economia americana, há cerca de 20 anos, como no caso do álcool, e o Brasil não retaliou.

O projeto de decreto de retaliação cruzada foi usado como um instrumento de barganha na negociação. Acredito que estamos assistindo a um roteiro muito

parecido, de chegar à linha do gol para retaliar, e não retaliar.

Quais os riscos da retaliação cruzada?

Teria efeitos nefastos para a economia brasileira, por conta de o Brasil depender de produtos, principalmente de tecnologia, dos EUA. Uma empresa de manufatura em São Paulo pagar mais por um serviços de nuvem, por exemplo, de dados não é bom para a economia brasileira.

A OMC tem sido criticada pela sua inoperância. Ela perdeu totalmente a força?

É uma OMC que já está há anos fragilizada, desde o momento em que os EUA deixaram de indicar juízes para a Corte superior de avaliação de conflitos comerciais. Ela deveria ser o foco privilegiado para discussões de contenciosos comerciais, mas acredito que as eventuais resoluções desse conflito vão se dar pela via bilateral, e não mais pelo quadro multilateral da OMC. Pelo menos até que o presidente dos EUA seja Donald Trump.

Quanto tempo vai levar para que Trump entenda que essa medida não vai surtir o efeito que ele espera?

O mundo vai se reorganizar (do tarifaço) mais rápido do que se imagina. Os efeitos que Trump espera não vão ocorrer.

Quais são?

Reindustrializar, gerar empregos e arrecadar mais. Hoje, a economia americana é forte em serviços, não vai se tornar industrial com o tarifaço. E o imposto de importação tem foco em regulação, não em arrecadação.

Por isso a decisão de Trump é totalmente anticapitalista e antieconômica.

Ela não tem fundo econômico nenhum. O único sinal que ele dá é que a economia americana está se fechando.

Quais impactos sobre a economia americana?

Se os americanos se fecharem dessa forma, a **inflação** vai aumentar, e a empregabilidade vai ser afetada. O tarifaço vai provocar efeitos negativos em menos de seis meses.

Tão rápido?

É só você olhar o indicador de investimento direto nos Estados Unidos, que diminuiu drasticamente nos

últimos meses.

A gente tem visto um ambiente de instabilidade política e econômica em que os investidores não querem mais anunciar novos investimentos.

Em que posição os Estados Unidos estariam hoje em termos de abertura econômica?

Acho que estariam lá atrás.

Vão estar junto de quem? Coreia do Norte, Cuba, Venezuela.

Não longe de economias fechadas que sofrem sanções dos próprio americanos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil é um lugar atraente para alocar capital, diz Goldman

Álvaro Campos

De São Paulo Com uma taxa de juro real atrativa e economia resiliente, o Brasil pode se destacar no cenário internacional e já tem atraído bons fluxos de capital estrangeiro. A avaliação é de John Waldron, presidente não executivo e vice-presidente operacional do Goldman Sachs, que esteve no país neste mês para comemorar os 30 anos de presença local do banco americano. Segundo na linha de comando da instituição financeira-abaixo apenas do CEO, David Solomon, e um dos nomes cotados para substituí-lo, Waldron diz que nesse período o Goldman saiu de um pequeno escritório com três pessoas para uma oferta completa de banco comercial e de investimento no Brasil, com 450 funcionários e muitas oportunidades mapeadas.

O executivo afirma que o mundo está passando por um super-ciclo de investimentos, com necessidade de aportes em projetos de infraestrutura, energias renováveis (e descarbonização) e data centers e chips (pelo avanço da inteligência artificial generativa). Segundo ele, com os governos muito endividados após os esforços fiscais para combater os efeitos da pandemia de covid-19, boa parte desses investimentos virá do setor privado.

"Vemos capital fluindo [para o Brasil]. Em parte, é por isso que nossos negócios estão indo bem aqui, porque somos um interme diário do capital global que quer entrar no mercado brasileiro. De modo geral, a economia brasileira se mostrou bastante resiliente, com taxas de juros razoavelmente elevadas e altas taxas de retorno real. Portanto, é um lugar atraente para alocar capital, especialmente em um mundo onde há mais dinheiro e movimento em termos do dinamismo do que está acontecendo em torno dos fluxos globais de capital, moedas e coisas do tipo", diz.

Waldron, que passou alguns dias em conversas com clientes, investidores e autoridades - incluindo o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo -, afirma que o clima da comunidade local com a economia é de otimismo cauteloso, com três pontos principais de preocupação: política fiscal, juros altos e relação comercial com os Estados Unidos. Para o executivo, a bolsa está com múltiplos atrativos, mas os juros precisam cair para que os fluxos para ações melhorem. "Pelas conversas que tive, há muito foco

nas eleições aqui e quais serão as políticas econômicas. [...] Acho que há um otimismo cauteloso de que a situação fiscal pode melhorar e os juros podem cair. E que a relação com os EUA pode voltar a se fortalecer." Sobre a guerra tarifária promovida pelo presidente americano, Donald Trump, o executivo do Goldman Sachs evita se posicionar, mas diz acreditar que o Brasil adotará uma postura de manter relações comerciais fortes com diversos países. "O Brasil tem recursos que são atrativos, ainda tem uma economia doméstica muito forte. A relação com os EUA é importante, eu gostaria que fosse mais forte, mas acho que o Brasil vai ter múltiplos parceiros, então não vai se alinhar exclusivamente com os EUA ou com a China." Já em relação à economia americana, ele afirma acreditar que o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) retomará os cortes de juros em setembro, com uma redução de provavelmente 0,25 ponto percentual. "Mas vamos começar a ouvir cada vez mais entre os participantes do mercado discutindo se será uma redução de 0,25 ou 0,50 ponto. Temos dados mais fracos sobre o mercado de trabalho e uma **inflação** ainda relativamente alta, mas mais estável", diz.

Ao longo dos últimos anos houve rumores de que Waldron, que é republicano, poderia aceitar um cargo em Washington após sair do Goldman Sachs, a exemplo de colegas de banco que seguiram esse caminho, como Gary Cohn, Steven Mnuchin e Hank Paulson. Questionado sobre isso, ele diz estar extremamente focado no seu trabalho. "Não penso além do que estou fazendo agora, no meu trabalho atual, francamente. Quer dizer, meu trabalho, meu tempo e minha energia são gastos focando em nossos funcionários, focando em nossos clientes e focando em tornar a empresa mais forte, melhor e mais resiliente", afirma. Conforme noticiou recentemente o "Financial Times", no ano passado Waldron recusou uma oferta bilionária da gestora Apollo e decidiu ficar no Goldman Sachs, o que foi visto por muitos analistas como um forte sinal de que ele é o candidato mais provável a suceder Solomon no comando do banco. Os dois trabalham juntos há décadas e chegaram ao Goldman na mesma época, em 2000. Outros nomes internos também estão na lista, como Dan Dicks, Ashok Vasarwan e Marc Nachmann, mas Waldron é tido como o favorito.

Sobre esse assunto, Waldron diz que está satisfeito

com o progresso que o Goldman tem feito com a estrutura atual. "David [Solomon] tem um emprego. Eu tenho um emprego. Nosso trabalho é tornar o Goldman Sachs mais valioso, mais resiliente, mais capaz de atender nossos clientes, e é nisso que ele e eu estamos focados. Estamos satisfeitos com o progresso que a empresa está fazendo. [...] Então, temos uma agenda muito clara para as oportunidades futuras da empresa e tenho um ótimo trabalho no qual estou altamente focado em executá-lo e, você sabe, estou muito feliz por estar no Goldman Sachs. Somos muito complementares, temos um bom relacionamento." O banco americano não abre detalhes sobre seus resultados no Brasil. Segundo Waldron, tirando grandes "hubs" globais (Nova York, Londres, Hong Kong e Tóquio), a operação local se assemelha à de Cingapura, por exemplo. "Considerando a América Latina como um todo, podemos pensar em algo como a Ásia [excluindo Japão]. É uma das nossas maiores regiões e está crescendo", diz.

De acordo com o executivo, o foco não é competir com os grandes bancos locais, mas ter uma operação importante e reconhecida pelo mercado doméstico, combinada com a presença global. "Se você consegue ser local e global ao mesmo tempo... os mercados onde fizemos isso foram extremamente bem-sucedidos. E o Brasil é um ótimo exemplo disso. Mas você precisa estar persistentemente disposto a ser 'local' nesses mercados. Precisa fazer isso persistentemente ao longo de, digamos, 10, 20, 30 anos. Não é tão fácil de executar. E nós fizemos isso bem aqui." O presidente do Goldman reconhece que as emissões de ações no mercado brasileiro estão paradas, mas afirma que o banco tem visto interesse de investidores globais em comprar participações em empresas brasileiras. O mesmo apetite também ajuda na atividade de fusões e aquisições (M A). "Se você é um alocador global de ativos e acredita que a economia será relativamente resiliente, esse é um lugar superatraente. Nossa área de M A normalmente é mais marcada por investimentos globais no Brasil ou clientes brasileiros que desejam vender um ativo e encontram compradores globais. Tem havido mais atividades desse tipo."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188312>

O bom combate de Dino às emendas Pix (Artigo)

A saga do ministro Flávio Dino a respeito das emendas parlamentares começa a produzir resultados auspiciosos para o País. Segundo reportagem publicada pelo jornal O Globo, nenhum centavo sequer dos R\$ 7,3 bilhões em emendas Pix previstos no Orçamento deste ano havia sido pago ou empenhado pelo governo, ao menos até a semana passada. Para ter uma ideia, em 2024 57% das emendas Pix haviam sido pagas até 31 de julho. No ano anterior, no mesmo período, foram 22%.

Trata-se de consequência das novas exigências que o ministro impôs para a execução dos recursos, como a apresentação prévia de planos de trabalho que detalhem de que forma a verba será usada e a abertura de contas

específicas para o depósito do dinheiro por Estados e municípios. Deve-se dizer que são condições bastante razoáveis para o uso de recursos públicos, mas que aparentemente têm gerado revolta no Congresso.

Deputados e senadores se acostumaram, nos últimos anos, a mandar dinheiro para suas bases sem ter de prestar contas sobre ele, e parecem muito contrariados com o fato de que voltaram a ter de cumprir a Constituição e a legislação para fazê-lo.

O que os parlamentares não reconhecem, no entanto, é que não se trata exatamente de má vontade do governo. Aparentemente, os planos de trabalho enviados pelos municípios e Estados não têm atendido aos critérios mínimos necessários para a liberação dos recursos. Em razão disso, servidores de carrei-

ra, ao analisarem os documentos, se recusam a avalizar os repasses por receio de mais tarde serem responsabilizados individualmente na pessoa física. Dos 44 mil planos de trabalho apresentados por prefeituras este ano, apenas 5,6 mil teriam sido aprovados.

É um quadro muito diferente do que o País viu nos últimos anos. Funcionando como uma espécie de fundo eleitoral paralelo, emendas Pix pagaram de despesas correntes a festas populares organizadas por municípios, e facilitaram a reeleição dos candidatos a prefeito mais beneficiados por essas transferências.

O fim desta farra, por sinal, estaria por trás das derrotas que o governo amargou no Legislativo nas últimas semanas. Boa parte dos parlamentares vê nas ações de Dino o apoio velado do Executivo para recuperar o controle do Orçamento e cumprir o arcabouço fiscal. A perda da presidência e da relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do **INSS** e a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado de um projeto que retoma o voto impresso não teriam acontecido, não fossem a desarticulação e a omissão de parte da base aliada.

Além da cobrança sobre as novas emendas, Dino tampouco aliviou as exigências sobre as emendas mais antigas. No domingo passado, o ministro deu um prazo de dez dias úteis para o Tribunal de Contas da União (TCU) identi-

car quais emendas pagas entre 2020 e 2024 a Estados e municípios não tiveram planos de trabalho protocolados, em desrespeito a uma decisão anterior do Supremo Tribunal Federal (STF). Somadas, elas chegam a R\$ 694,7 milhões, e os valores e informações deverão ser segregados por Estado para envio às respectivas superintendências regionais da Polícia Federal, a quem caberá instaurar inquérito para investigação.

A investida de Dino sobre as emendas preocupa tanto o Congresso que parte dos parlamentares se articula a fim de votar propostas para acabar com o foro privilegiado, limitar a possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares a casos de crime inafiançável e retomar a necessidade de aval prévio do Congresso para que parlamentares sejam processados criminalmente, derrubada em 2001. Como mostrou o jornal Valor, enquanto essa regra vigorou, entre 1988 e 2001, nenhuma das 216 solicitações do STF foi atendida, e os pedidos foram todos arquivados.

A desculpa para essas propostas é a defesa de prerrogativas, mas bem se sabe que o que os parlamentares buscam é apenas o bônus da função: querem continuar a gastar dinheiro público sem a devida transparência, sem terem de assumir a responsabilidade pelo eventual mau uso desses recursos e com a garantia de não serem penalizados em caso de desvios.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apuração sobre fraude no INSS ficará com Mendonça

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça será o responsável pela investigação sobre suspeitas de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), após o caso deixar a alçada do ministro Dias Toffoli.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu que o caso saísse das mãos de Toffoli e houvesse uma redistribuição no tribunal. O presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, acolheu o pedido e, depois de um sorteio, o processo foi redistribuído para Mendonça, que foi indicado para a Corte pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Para a Procuradoria-Geral da República (PGR), parte da investigação deve tramitar sob competência do Supremo diante do surgimento de citações a autoridades com foro privilegiado, enquanto o restante deve continuar a tramitar na primeira instância.

Os inquéritos que apuram o assunto na primeira instância estão parados desde junho, quando Toffoli abriu um procedimento sigiloso no STF e solicitou cópias de todas as investigações para avaliar a sua competência no caso.

Apesar de não determinar a suspensão das apurações, a decisão do ministro, na prática, acabou paralisando o andamento dos inquéritos da Operação Sem Desconto. Diante da incerteza sobre a competência do caso, os investigadores estão aguardando uma definição para evitar uma anulação de diligências. Procurado para comentar a decisão que travou as investigações, Toffoli não se manifestou.

DÉBITOS. A Operação Sem Desconto teve sua primeira fase deflagrada pela Polícia Federal em 23 de abril, em uma ação que afastou o então presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, e apontou suspeitas de descontos irregulares bilionários dos beneficiários e pensionistas. Os débitos começaram na gestão de Bolsonaro e aumentaram no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de acordo com as apurações.

Esses descontos não autorizados, conforme os investigadores, foram feitos de forma irregular por associações e sindicatos de aposentados e pensionistas em uma atuação conjunta com

integrantes do **INSS**. Na primeira fase da operação, foram cumpridos 211 mandados de busca e apreensão. Servidores do instituto foram afastados.

A investigação tramita por meio de inquéritos abertos em diversos Estados, que miram diferentes sindicatos e entidades investigados por possível envolvimento nas fraudes. Até o momento, o **INSS** calcula em R\$ 3,3 bilhões o dinheiro necessário para ressarcir os aposentados lesados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

INSS prevê economizar R\$ 2,5 bi com Atestmed em 2026

O **INSS** prevê economizar R\$ 2,5 bilhões em 2026 com o uso do Atestmed para a concessão de auxílio-doença, segundo documento preparatório do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) obtido pelo GLOBO. O Ploa tem de ser encaminhado ao Congresso até 31 de agosto.

O Atestmed é um sistema que permite que o benefício seja concedido com base em análise documental médica, sem necessidade de perícia presencial. A previsão de economia decorre da redução no tempo de espera pelo benefício permitido pela análise documental, diminuindo os custos com pagamentos retroativos e correção monetária.

O cálculo do **INSS** considera uma economia anual por benefício de R\$ 980 com o uso do Atestmed, de R\$ 5.147 para R\$ 4.166, comparativamente ao custo que se teria se a concessão necessitasse de uma perícia presencial. Considerando a estimativa do número de concessões, feita com base na média dos últimos três anos (2022-2024), a economia prevista é de R\$ 2,375 bilhões por ano.

Ajustado pelas projeções macroeconômicas do governo para os próximos anos, o **INSS** chegou à redução de R\$ 2,582 bilhões nos custos do auxílio-doença com o uso do Atestmed em 2026. Para 2027, a economia prevista é de R\$ 2,764 bilhões; para 2028, de R\$ 2,948 bilhões; e para 2029, de R\$ 3,138 bilhões.

Desde 2024, o Atestmed tem sido uma das apostas do governo para conter a despesa com benefícios previdenciários, a principal pressão no Orçamento atualmente. Os resultados, porém, têm ficado abaixo do esperado. No primeiro ano, por exemplo, a expectativa inicial era poupar R\$ 5,6 bilhões, mas a economia efetiva foi de R\$ 3,6 bilhões devido a uma demora maior do que a esperada para a implementação total do novo sistema e à greve no **INSS**.

"A linha de atuação de implementação do novo fluxo de requerimento de auxílio por incapacidade temporária via fluxo Atestmed executou economia total em 2024 de R\$ 3,68 bilhões, evitando aporte orçamentário para pagamento de despesas obrigatórias", diz o documento.

Para 2025, havia uma previsão de economizar R\$ 1,2 bilhão em recursos devido à redução do prazo máximo dos benefícios concedidos por Atestmed, de 180 dias para 30 dias, em junho. No entanto, o governo recuou da medida e limitou o prazo para 60 dias, com duração de 120 dias. Não houve, contudo, nova estimativa de economia.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CPMI do INSS realiza primeira reunião e define plano de trabalho

Danandra Rocha +

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) se reúne nesta terça-feira (26/8), a partir das 9h, para analisar o plano de trabalho apresentado pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). O encontro também deve deliberar sobre 35 requerimentos, além de definir o vice-presidente da comissão, conforme anunciou o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O relator pretende convocar três ex-ministros da Previdência: Eduardo Gabas, do governo Dilma Rousseff; José Carlos Oliveira, que comandou a pasta durante o governo Jair Bolsonaro, quando foi unificada ao Ministério do Trabalho; e Carlos Lupi, ministro no governo Lula que estava à frente da pasta quando o escândalo do **INSS** veio à tona. A lista inclui ainda dez ex-presidentes do **INSS**, que passaram pelo comando da autarquia entre 2012 e 2023, além do advogado Eli Cohen, apontado como peça-chave na denúncia de descontos irregulares em aposentadorias e pensões.

Entre os requerimentos, há pedidos de informações a órgãos como Polícia Federal, Controladoria-Geral da União (CGU), Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Contas da União (TCU) e o próprio **INSS**. O objetivo é obter documentos sobre investigações internas, inquéritos policiais e acesso a sistemas de auditoria que possam esclarecer o alcance das irregularidades.

As apurações da Polícia Federal e da CGU revelaram, em abril, a existência de um esquema de cobrança de mensalidades indevidas em benefícios previdenciários. Os descontos, realizados sem autorização, teriam causado prejuízo estimado em R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. Para reparar os danos, o governo editou em julho a Medida Provisória 1.306/2025, abrindo crédito extraordinário de R\$ 3,3 bilhões para ressarcir os beneficiários.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apura fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) se reúne nesta terça-feira (26/8), a partir das 9h, para analisar o plano de trabalho apresentado

pelo relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL). O encontro também deve deliberar sobre 35 requerimentos, além de definir o vice-presidente da comissão, conforme anunciou o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O relator pretende convocar três ex-ministros da Previdência: Eduardo Gabas, do governo Dilma Rousseff; José Carlos Oliveira, que comandou a pasta durante o governo Jair Bolsonaro, quando foi unificada ao Ministério do Trabalho; e Carlos Lupi, ministro no governo Lula que estava à frente da pasta quando o escândalo do **INSS** veio à tona. A lista inclui ainda dez ex-presidentes do **INSS**, que passaram pelo comando da autarquia entre 2012 e 2023, além do advogado Eli Cohen, apontado como peça-chave na denúncia de descontos irregulares em aposentadorias e pensões.

Entre os requerimentos, há pedidos de informações a órgãos como Polícia Federal, Controladoria-Geral da União (CGU), Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Contas da União (TCU) e o próprio **INSS**. O objetivo é obter documentos sobre investigações internas, inquéritos policiais e acesso a sistemas de auditoria que possam esclarecer o alcance das irregularidades.

As apurações da Polícia Federal e da CGU revelaram, em abril, a existência de um esquema de cobrança de mensalidades indevidas em benefícios previdenciários. Os descontos, realizados sem autorização, teriam causado prejuízo estimado em R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. Para reparar os danos, o governo editou em julho a Medida Provisória 1.306/2025, abrindo crédito extraordinário de R\$ 3,3 bilhões para ressarcir os beneficiários.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/08/7234687-cpmi-do-inss-realiza-primeira-reuniao-e-define-plano-de-trabalho.html>